

PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E CIDADANIA: relato de uma experiência
com trabalhadores informais no entorno da Igreja do
Bomfim

Fernanda Daniela Chaves Rocha
Giordanna Laura da Silva Santos

Contextualização

No âmbito acadêmico, muitas vezes, os resultados das pesquisas que têm como objeto ou fonte comunidades, grupos de pessoas ou representantes sociais de uma localidade, são direcionados apenas para a própria comunidade acadêmica. Porém, aos poucos, essa “tradição” vem sendo modificada e alguns acadêmicos, sejam eles pesquisadores discentes ou docentes, vêm tentando se aproximar da sociedade, principalmente tentando levar resultados de sua pesquisa e/ou desenvolvendo projetos práticos nos locais onde foram feitas as pesquisas empíricas. Algumas ações das universidades visam interagir mais com a sociedade. Um exemplo disso são os projetos de extensão.

Nessa perspectiva que se insere o “Projeto de Extensão Inclusão Social e Digital na comunidade da Igreja de São Lázaro, Salvador, Bahia: Memória social, patrimônio cultural e cidadania”. Fruto de um processo científico que teve início em 2006, com o Projeto Ex-votos do Brasil, quando aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde então teve sua renovação, pelo CNPq, em editais de

2009, para auxílio pesquisa e em produtividade (PQ). O seu objetivo inicial foi pesquisar e documentar os ex-votos das salas de milagres dos maiores santuários do Brasil (SANTOS, 2011).

Como reflexo de suas produções, o Projeto objetivou dois outros caminhos extensionistas: o Núcleo de Pesquisa dos Ex-votos (NPE) e o Museu Digital dos Ex-votos, que têm vínculo com o Grupo de Estudos sobre os Cibermuseus (GREC). Em 2010, uma nova etapa do Projeto Ex-Votos do Brasil, o “Projeto Inclusão Social e Capacitação Digital da Comunidade de entorno do Santuário de São Lázaro, Salvador, Bahia: Memória social, patrimônio cultural e cidadania”, foi aprovado pelo CNPq. A equipe iniciou os trabalhos no Bonfim, antes da etapa São Lázaro, devido às questões de logística e de espaço para realização das oficinas, que no Santuário do Bomfim estavam disponíveis na época (SANTOS, 2011).

O GREC tem caráter multidisciplinar e com essa perspectiva vem desenvolvendo o Projeto de Inclusão Social e Capacitação Digital, indo além de apenas fazer uma inclusão digital dos membros das comunidades no ciberespaço. O objetivo principal é retornar nos santuários pesquisados, nos quais em etapa anterior estudamos os ex-votos que neles são guardados e desenvolver ações que incluam os moradores e trabalhadores informais em seu próprio bairro, comunidade, para que também se possa, depois, trabalhar aspectos de cultura, patrimônio, educação patrimonial, turismo e comunicação.

Dessa maneira, este texto integra o “Projeto de Extensão Inclusão Social e Capacitação Digital no entorno do Santuário de São Lázaro, Salvador, Bahia: Memória Social, Patrimônio Cultural e Cidadania”, que abrange também o Santuário do Bomfim, localizado na mesma cidade. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de comunicação, museologia, ciências sociais, cultura e turismo; bem como é realizado e desenvolvido pelos integrantes do GREC, vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O objetivo é promover a cidadania, por meio da inclusão social e capacitação digital, bem como possibilitar aos moradores dos bairros de São Lázaro e Bonfim o aprendizado da educação patrimonial, de noções de informática e do universo da web 2.0, como mídias sociais. Ou seja, promover a inclusão sociodigital e, por meio de trabalhos de conscientização e cidadania, fazer com que essas pessoas possam se sentir pertencentes a seus bairros e tenham alguma interação, seja ela presencial ou via Internet, com o seu contexto local. O projeto, realizado em 2011 no Bonfim, inicia-se também em São Lázaro, em 2012.

Para realização do projeto no Bonfim foram feitas duas ações. Uma delas, objeto inicial e principal das atividades do GREC no Bonfim, foi a inclusão social e a capacitação digital com moradores do bairro ou frequentadores do Santuário do Bomfim. A outra foi a realização de oficinas de educação patrimonial, museística, turística, noções de comunicação, marketing e vendas para trabalhadores informais do entorno da Igreja do Bomfim. O foco principal deste texto é relatar a experiência desenvolvida com o segundo grupo de atores sociais (vendedores informais e guardadores de carro – flanelinhas).

Ambas as ações do projeto foram compostas por duas etapas. No caso da experiência com os trabalhadores informais, a ideia partiu do próprio responsável pelo Santuário do Bomfim, padre Edson Menezes da Silva. Na primeira parte do projeto, o objetivo foi conhecer o público alvo, composto por 180 vendedores informais (responsáveis pela venda de *souvenirs* e comidas típicas) e guardadores de carro (flanelinhas), que trabalham no bairro do Bonfim. Na segunda etapa, foram realizadas as oficinas.

Assim, a partir dessa experiência e da observação participante em todo o processo, esta comunicação tem o intuito de analisar a percepção desses vendedores a respeito do patrimônio cultural da localidade, que é constituído pela Igreja do Bomfim (considerado um dos bens patrimoniais mais importantes de Salvador) e o Museu dos Ex-votos, situado dentro da própria igreja. Nesse sentido, ainda observamos se esses vendedores “utilizam” esse patrimônio e de que forma se dá esse processo; bem como verificamos se essa compreensão de patrimônio é repassada aos turistas.

A segunda parte se trata da etapa prática, na qual utilizamos o método multidisciplinar em oficinas sobre educação patrimonial, museística e turística, com a finalidade de promover a cidadania; o uso sustentável e valorização do patrimônio: igreja e museu; e o relacionamento entre turistas e vendedores locais. Pois, acreditamos que, ao falar de patrimônio, estamos falando (e instigando) do exercício de cidadania e do direito à memória. Assim, para que esses atores sociais, que também são frequentadores da igreja, possam exercer sua cidadania, precisam, primeiramente, sentir-se pertencentes àquela comunidade. E o “ponto em comum” é exatamente o patrimônio cultural e a memória social.

A preservação da memória de manifestações, como interpretações musicais e cênicas, rituais religiosos, conhecimentos tradicionais, práticas terapêuticas, culinárias e lúdicas, técnicas de produção e de reciclagem, a que é atribuído valor de patrimônio cultural, tem uma série de efeitos:

- 1) aproxima o patrimônio da produção cultural, passada e presente;
- 2) viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, que sejam mais próximas dos sentidos que essa produção tem para seus produtores e consumidores, dando-lhes voz não apenas na produção mas também na leitura e preservação do sentido do seu patrimônio;
- 3) cria melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do “direito à memória” como parte dos “direitos culturais” de toda a sociedade brasileira;
- 4) contribui para que a inserção, em novos sistemas, como o mercado dos bens culturais e do turismo, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem o comprometimento de sua continuidade histórica, contribuindo, ainda, para que essa inserção aconteça sem o comprometimento dos valores que distinguem esses bens e lhes dão sentido particular (FONSECA, 2003, p.72).

Esse trabalho prático teve início no mês de agosto de 2011 e foi finalizado em dezembro do mesmo ano. Realizadas no Centro Comunitário (Figura 1), próximo a Igreja do Bomfim, as oficinas foram ministradas por pesquisadores e profissionais que integram o Projeto. Na comunidade do Bomfim, a própria igreja auxiliou na disponibilização de um espaço para serem realizados as oficinas. Trata-se do Centro Comunitário Senhor do Bomfim, que possui auditório, salas amplas e arejadas, e um laboratório de informática com aproximadamente 10 computadores. Para atender à demanda, o GREC também possui equipamentos próprios (computadores, notebook, câmeras fotográficas, GPS e outros) que também foram utilizados.



FIG. 1 – Fachada do Centro Comunitário, onde foram realizadas as oficinas com comunidade do Bomfim e com trabalhadores informais. Foto: Cecília Tamplenizza, 2011.

Utilizaram-se materiais didáticos, sala de audiovisual, bem como se obteve o auxílio dos membros da igreja que tiveram a iniciativa de desenvolver esse projeto com os vendedores. Como resultado das ações realizadas no Bomfim, este texto aborda o patrimônio material, a exemplo do Museu dos Ex-votos e da Igreja do Bomfim, bem como o patrimônio imaterial. O intuito é tratar da questão da cidadania e dos direitos socioculturais relacionados aos vendedores informais e o bem patrimonial ali presente. Para isso, utilizamo-nos de conceitos de patrimônio cultural, educação patrimonial e cidadania.

Patrimônio cultural, educação patrimonial e cidadania: o caso do Bomfim

Assim como, nas últimas décadas, foi-se adotando a concepção antropológica de cultura, o conceito de patrimônio, bem como sua aplicação e suas políticas públicas foram se ampliando. Nesse sentido, como coloca Nery e Santos (2011, p. 6),

As ações no âmbito do Patrimônio Cultural vêm ultrapassando a monumentalidade e mesmo a materialidade como parâmetro de proteção, para abranger os saberes, as práticas e as manifestações populares, garantindo a preservação da memória dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. O patrimônio cultural contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado, percebendo as semelhanças e as diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada. A preservação do patrimônio cultural está, então, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social. O Patrimônio deixa de ser herdado para ser também estudado, discutido, compartilhado e reivindicado; e desta forma colocado no nível de abrangência devida, como direito à memória.

No que diz respeito ao direito à memória, é essencial que compreendamos as diferentes formas de memória (individual, coletiva, social), que muitas vezes estão correlatas. Porém, neste caso, trata-se, principalmente, de memória social, como explica Marilena Chauí:

É fixada por uma sociedade por meio de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e

lugares que possuem significado para a vida coletiva. Executando-se os mitos, que são narrativas fabulosas do passado lendário de uma comunidade e portanto só existem na mente ou imaginação da coletividade, a memória social e histórica é objetiva, pois existe fora de nós, conservada em objetos (textos, monumentos, inscrições, instrumentos, ornamentos, obras de arte, etc.) (CHAUI, 2006, p.141).

De acordo com Rocha (2012), a memória é atribuída não só ao que se diz de fatos passados, mas se torna um elemento valorativo de uso simbólico, por contribuir com a perpetuação de processos históricos. Possibilitando, assim, a busca dos indivíduos pela sua identidade cultural. Nesse sentido que, na contemporaneidade, a valorização do patrimônio e preservação de monumentos está intrinsecamente ligada à questão da memória. Na verdade, desde que se iniciaram as primeiras práticas voltadas para a preservação dos monumentos, já se ouvia falar nessa atribuição da memória como condição de patrimônio (*ibidem*).

Observa-se que na contemporaneidade a construção da memória, por meio das manifestações do patrimônio material e imaterial, é uma construção coletiva. No caso do projeto em questão, é uma construção de diversos atores, sendo eles: os campos sociais (a comunidade do Bonfim), o campo político e, também, a universidade. Cada ator envolvido nesse processo vê o patrimônio da localidade (Santuário do Senhor do Bonfim, Sala de Milagres e Museus dos Ex-votos) a partir da sua constituição social, ou seja, a partir de seu lugar de fala e no seu tempo de fala.

Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural passa a ser visto sob o prisma dessa subjetividade. Ou seja, para os vendedores ambulantes, o patrimônio adquire um significado, expressando sua memória e sua história na localidade. Para o campo político, patrimônio cultural é uma junção de conceitos, que visam atender à maioria da população e aos turistas. É por isso que, no âmbito brasileiro, as políticas públicas para a área de patrimônio cultural, ainda apresentam resquícios de materialidade do patrimônio. Para o GREC, responsável pela execução do projeto de extensão no Bonfim e em São Lázaro, é de grande relevância se trabalhar noções de patrimônio, utilizando técnicas da educação patrimonial, bem como abordagens de cultura da folkcomunicação. Pois, compreendemos, que o “patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. [...] Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2003, p.27).

Outro aspecto importante que não poderia deixar de levar em consideração é sobre a importância do patrimônio histórico e cultural, sobretudo de sua preservação. Segundo Camargo (2002), esse processo de preservação teve início no Brasil, a partir do século XX. Antes, a valorização era mais voltada ao patrimônio material, porém, no decorrer das décadas, não só o conceito de patrimônio ganhou um novo sentido – acrescentando-se o imaterial – como as políticas se voltaram para esse sentido ampliado e antropológico de patrimônio. Sendo visto não mais como um aspecto negativo, e sim como algo que representa a identidade cultural e a memória de um povo ou nação.

A princípio, o patrimônio conhecido muito mais em sua materialidade, passou a incorporar outros bens em sua constituição, como os chamados patrimônios imateriais. Dentro desses aspectos, podemos citar os saberes e fazeres; as danças; as músicas; as realizações artísticas; a culinária; o artesanato; as festas, celebrações – sejam elas de caráter religioso ou de outra forma ritualística; as feiras, entre outros elementos significativos; considerados, inclusive atrativos do turismo cultural (BRASIL, 2006).

Com o passar dos anos, o conceito de patrimônio foi sofrendo alterações e hoje cada teórico cria várias definições a seu respeito. Neste caso, optou-se em usar como conceito de patrimônio o que está presente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que em seu artigo 216 entende como patrimônio cultural brasileiro, “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

Esse conceito está em conformidade com os preceitos adotados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promoveu em 1972 um tratado internacional denominado Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural visando promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade.

Quando começou a prática de preservação do patrimônio e de sua utilização pela atividade turística, apenas uma elite hegemônica é que tinha acesso a esses bens. Embora, em muitos casos, atualmente ainda aconteça dessa forma. Porém, com a criação de políticas destinadas aos direitos sociais e culturais e principalmente aplicação de políticas que se voltam às práticas de cidadania, a sociedade, gradualmente, está adquirindo consciência de quais são seus deveres e fazeres, e, sobretudo, do que lhes pertencem de direito. Neste aspecto, ao tratar da questão de cidadania, Scocuglia (2004, p.59) cita que:

A ideia de cidadania que predominou durante quase todo o século XX, esteve ligada aos espaços das elites do país que exerciam o poder, enquanto o patrimônio preservado se restringia aos monumentos que marcavam a vida dessa elite. Na passagem para o século XXI, a rua, a praça, o largo, ou seja, o patrimônio urbano foi gradativamente subvertendo a localização dos direitos sociais para além das dimensões da vida privada.

Na contemporaneidade, apesar da forte exclusão que ainda predomina quando se pensa em acesso dos indivíduos aos bens patrimoniais, o quadro gradativamente vem se modificando. Pois a tendência é que as pessoas conquistem cada vez mais seu espaço, apesar de haver interesses pessoais que aparecem como entrave e desafio na busca por esses objetivos. Alguns monumentos históricos, entre eles os museus, têm auxiliado no processo de inclusão social e cidadania, por meio de propostas de ação educativa. Como enfatiza Hermeto e Oliveira (2009, p. 93):

Várias são as experiências que vêm sendo desenvolvidas nesse sentido, cujas especificidades relacionam-se a diversos fatores: identidade do museu, composição de acervo, estrutura física da exposição, formação da equipe de educadores de museu, público-alvo preferencial e outros.

Essas práticas acontecem por intermédio da educação patrimonial¹, que procura desenvolver trabalhos nas escolas e nos próprios monumentos, com alunos de diferentes faixas etárias, cujo resultado esperado, como cita Magaldi (1992) é: preservação = identidade cultural + qualidade de vida. Não só a escola se utiliza da educação patrimonial, como também as universidades. Muitos projetos de extensão no âmbito universitário vêm usando das premissas e das técnicas da educação patrimonial para se aproximar da comunidade do entorno das universidades e/ou retornar aos locais onde realizam suas pesquisas acadêmicas. Consideramos que essa é uma forma de se ultrapassar os muros das universidades e estabelecer uma interação com a sociedade, levando-se conheci-

1. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), trata-se do planejamento de ações pedagógicas, permanentes e sistemáticas, na área do patrimônio cultural enquanto fonte primária de conhecimento, junto às comunidades em geral, por meio do contato direto, para que elas possam identificar os bens culturais que possuem. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12639&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 02/07/2011.

mentos científicos, por meio de experiências, métodos e linguagens práticas. É nesse sentido que se desenvolveram as oficinas do Projeto de Inclusão Social e Capacitação Digital, seja com a comunidade frequentadora da Igreja do Bomfim ou com os vendedores ambulantes do entorno do Santuário.

Igreja do Bomfim como patrimônio material e imaterial

Abordamos aqui especificamente a comunidade do Bomfim, por ser a que já concluiu as oficinas e, por isso, a que já tem resultados do projeto. Mas antes de falar sobre a prática do Projeto com a comunidade da Igreja Senhor do Bomfim, é necessário mostrar a dimensão sociocultural, histórica e até mesmo geográfica do local.

O Santuário de Nosso Senhor do Bomfim está situado no bairro Bomfim, que compreende a Península de Itapagipe, ou Região Administrativa II, composta pelos bairros de Alagados, Bomfim, praia da Boa Viagem, Ribeira, Uruguai, Monte Serrat e Roma. De acordo com o Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), em 2000, a população da península de Itapagipe era de aproximadamente 160 mil habitantes (SANTOS, 2011).

A Igreja do Bomfim foi construída no século XVIII, época em que o Brasil adquiriu forte riqueza econômica, proveniente da comercialização de escravos africanos. A Bahia se destacou, nesse sentido, por fornecer produtos variados que eram exportados para países europeus. O que permitiu arrecadar recursos suficientes para construir diversas edificações religiosas. Como cita Oliveira (2007, p. 2), “o século XVIII é sinônimo de riqueza e maior profusão religiosa nas cidades. As sobras da riqueza produzida pela economia de exportação na segunda metade deste século permitiram a construção de quase todos os grandes templos católicos, entre os quais o Bomfim”.

Percebe-se que, com a vinda de escravos africanos para Salvador, houve a junção de costumes dos afrodescendentes com costumes da capital baiana, transformando-se de forma bastante peculiar em uma “nova cultura” da cidade de Salvador. O fato é que, no século XIX, com a abolição da escravidão, esse elo tornou-se ainda mais expressivo, no que diz respeito à língua, à arquitetura, e à própria religião, por meio do sincretismo religioso presente no Santuário do Bomfim; embora os brancos não faziam referência a esse sincretismo praticado (OLIVEIRA, 2007).

Segundo o mesmo autor, durante o século XIX já existiam os Ex-votos² (OLIVEIRA, 2007), que hoje estão expostos na Sala de Milagres, na parte interna da igreja, e no Museu dos Ex-votos, situado na parte superior. No entanto, observa-se que o museu precisa de um pouco mais de divulgação, para que as visitas aumentem. Muitos frequentadores da igreja, não conhecem o museu. Já as pessoas que visitam a Sala de Milagres, que costumam fazer pedidos ou agradecer pelas graças obtidas, têm um conhecimento maior sobre o Museu dos Ex-votos.

Na Sala de Milagres e no museu há uma diversidade de objetos deixados pelos fiéis, como bilhetes, fotos, cartões, cartas, objetos de madeira e de cera, carteiras de trabalho, convites de formatura, entre outros. Todo objeto deixado está relacionado à necessidade de cada indivíduo que teve a graça concedida. Entretanto, “no museu estão os ex-votos considerados ‘especiais’, de destaque durante os tempos, ou aqueles ‘ofertados’ por devotos ilustres da cidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 8). O autor ainda explica que o museu passou a existir por intermédio da Sala de Milagres, pois como o espaço do museu é bem maior, os objetos de maior valor e representatividade, foram sendo relocados para este espaço.

Na atualidade, a Igreja do Bomfim se tornou um atrativo religioso e turístico de referência não só no Brasil, mas em vários países. Para quem frequenta a igreja é possível identificar uma quantidade considerável de pessoas, vindas de várias partes do mundo, que têm a curiosidade e o desejo de conhecer o santuário. Muitos têm apenas a curiosidade, e vão com o intuito de tirar fotos, apenas por “*status*”; outros frequentam porque querem deixar alguma graça alcançada na sala dos milagres, ou fazer pedido, e visitar o museu; e outros, vão simplesmente para assistir as missas, principalmente moradores das cercanias.

O entorno da igreja é constituído por trabalhadores informais (Figura 2), totalizando 180 pessoas, que em sua maioria mora no próprio bairro do Bomfim. Esses vendedores, guardadores de carro e fiteiros, comercializam produtos variados, a saber: velas, utilizadas pelos frequentadores da igreja; fitinhas do Senhor do Bomfim, utilizadas para fazer pedidos; cordões, terços, imagens de santos; bolsas personalizadas, feitas das próprias fitinhas do Senhor do Bomfim; bem como a culinária, que não poderia deixar de fazer parte da localidade, sendo o acarajé o mais procurado. Comida de cunho africano, com fortes traços advindos da culinária baiana.

2. Objetos, testemunhos de várias formas, que pagadores de promessa deixam na igreja como forma de retribuição pela graça alcançada.



FIG. 2 – Os vendedores informais a espera dos turistas na Igreja do Bomfim.
Foto: Fernanda Rocha, 2011.

Cada objeto comercializado tem algum tipo de relação com o sincretismo religioso existente. Porém, muitos visitantes não conhecem a história da igreja nem o significado das fitinhas, mas por essas fitas terem forte comercialização, principalmente devido à atividade turística, os visitantes acabam comprando como lembrança ou as utilizam para amarrá-las no braço ou nas grades da igreja e aproveitam para fazer pedidos ao santo.

Como o espaço ao redor da igreja não comporta os 180 vendedores de uma só vez, por meio de uma cooperativa, esses trabalhadores dividiram as equipes de acordo com a função de cada um. Para identificar cada equipe, os vendedores utilizam uma camisa de cor diferenciada. Por exemplo, os vendedores que tem suas barracas e permanecem fixos em um único lugar, utilizam a camisa de cor verde e, em sua maioria, trata-se de pessoas idosas. Os vendedores que ficam andando por todo o largo da igreja, abordando os turistas, utilizam a camisa de cor laranja. Há outros tipos de funções, como caixeiros e fiteiros, bem como outras cores utilizadas.

Análise dos dados: pesquisa com os vendedores informais do Bomfim

A pesquisa realizada com os vendedores aconteceu no mês de junho de 2011 e teve como amostragem a participação de 15 pessoas. Por meio de entrevistas semiestruturadas se buscou analisar os seguintes aspectos: originalidade; há quanto tempo trabalham na localidade; a percepção dos sujeitos sobre o patrimônio histórico e cultural ali presente: Igreja do Bomfim e Museu dos Ex-votos; se procuram frequentar esses espaços; como acontece a divisão de trabalho entre eles; a forma que se organizam: quem teve a ideia de dividir o grupo em equipes; a relação dos vendedores com os turistas: se procuram ajudar os turistas com informações a respeito dos atrativos turísticos e culturais da cidade; possíveis dificuldades encontradas no trabalho; assuntos relacionados à atividade turística: como a questão da alta e baixa temporada e de que forma isso influencia no trabalho do grupo, entre outros quesitos.

Para surpresa, foram identificados alguns vendedores que já trabalham na localidade há 50 anos. Ou seja, são testemunhas de vários acontecimentos marcantes ocorridos no lugar. A maioria já visitou o Museu dos Ex-votos ou pelo menos sabe da sua existência, mas não o frequenta mais. Pelo que se pôde analisar, o que inibe essas pessoas a continuarem visitando, é o fato de ser cobrada uma taxa para entrar – mesmo sendo um preço simbólico. Antes a entrada era gratuita. Porém, todos vão à missa, porque o padre Edson dedicou toda última quarta-feira do mês para ser a missa dos vendedores ambulantes. O que mostra, de alguma forma, o comprometimento da igreja para com os vendedores informais.

No que diz respeito à relação com os turistas, todos falaram que procuram ajudar esses grupos, passando informações diversas sobre a cidade, seus atrativos culturais e turísticos e o Bomfim. Reclamaram quando há queda na atividade turística, pois acabam obtendo um menor lucro. Os idosos ficam em locais fixos e muitos falaram também sobre os vendedores que circulam por toda a praça. Assim, os vendedores que circulam lucram mais do que os fixos, pois são mais visados pelos visitantes e turistas, o que compromete um pouco a venda dos que permanecem em um único lugar. Os vendedores mais jovens, por serem mais dinâmicos, conseguem abordar os turistas com mais facilidade, o que contribui para que se tornem o cartão-postal do Bomfim.

Ainda se perguntou se esses vendedores da melhor idade tinham alguma crítica, reivindicação ou sugestão a fazer. A maioria exige melhores condições de trabalho, como construção de barracas ou quiosques com toda infraestrutura adequada para que possam exercer suas atividades com mais conforto e qualidade. Principalmente abrigos que sirvam para dias chuvosos, de modo a não atrapalhar na comercialização de seus produtos e serviços ofertados.

Com relação à outra parte do grupo, composta por indivíduos mais jovens e que estão há menos tempo na localidade, obteve-se resultados semelhantes. Apenas uma pessoa falou que não sabia sobre a existência do Museu dos Ex-votos e nem soube explicar do que se trata. Esse entrevistado trabalha na localidade há três anos e também relatou que não frequenta a missa, nem mesmo a que o padre celebra em dedicação aos vendedores. Neste caso, percebe-se que existe certo receio por parte desses vendedores de passarem informações concretas aos pesquisadores, bem como, observa-se que alguns não procuram fazer parte das atividades, nem participam das missas e outras celebrações que ocorrem na localidade.

Esse receio da comunidade, seja os vendedores ambulantes ou qualquer ator social que seja parte de uma pesquisa científica, é reflexo da própria postura da academia, bem como de alguns pesquisadores. Pois, nas últimas décadas, a universidade e seus integrantes tinham costume de não devolverem os resultados de pesquisas empíricas à sociedade. Ou seja, não havia uma interação entre sociedade e universidade. Porém, nos últimos anos esse cenário está mudando. E atualmente já observamos projetos como o do GREC, que não só retorna a um local pesquisado, como oferece projetos de extensão universitária como forma de interação com os atores que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Nesse sentido, González (2011, p. 93-94) aponta que:

Repensar a natureza dos processos culturais em busca de fortalecer o sentido humanista da universidade implica redefinir o sentido e o lugar da cultura [...], [bem como] construir um projeto cultural que se adapte às realidades mutantes e fortalecer a construção de identidades culturais em toda a sua complexidade. Pouco a pouco, vai sendo conseguida a maior sincronia entre os processos, as instituições, as organizações e se começa a olhar com maior interesse para as necessidades de reunir esforços para que, com base em todos os níveis territoriais e nos processos que neles se realizam, seja possível contribuir para melhorar a qualidade

de vida e para um desenvolvimento humano, equitativo, sustentável e que respeite as diferenças em nossa região, que construa uma verdadeira cidadania cultural democrática.

Todos os entrevistados relataram que procuram ajudar os turistas. Mas, conforme pôde ser analisado, esses vendedores precisam passar por um curso de aperfeiçoamento e capacitação, visto que não conhecem ou não põem em prática a forma adequada de abordar os turistas, o que provoca o constrangimento dessas pessoas, devido ao grande assédio cometido pelos vendedores. Os mais jovens falaram que na época de baixa temporada se deslocam para outros pontos turísticos da cidade para venderem suas mercadorias, como o porto, devido aos turistas que chegam por meio de cruzeiros; bem como o Pelourinho, no Centro Histórico da cidade.

Quando questionados sobre a iniciativa de dividir os grupos por dias da semana e a fabricação de uma camisa padrão, as respostas obtidas foram dúbias. Os mais jovens relataram que a ideia partiu do próprio grupo, composto pelos vendedores. Em contrapartida, os idosos falaram que a iniciativa surgiu por intermédio dos membros da igreja e da delegacia que fica próxima a área, de modo a facilitar o trabalho dos vendedores e evitar confusão entre esses sujeitos. Segundo informações colhidas durante a pesquisa, alguns vendedores relataram que estavam acontecendo roubos, alguns cometidos pelos próprios trabalhadores informais. Assim, por meio das camisas personalizadas, facilitaria a identificação de quem estava cometendo esses furtos e provocando desordens no ambiente, caso voltasse a acontecer.

Foi possível observar também que, mesmo com a divisão das equipes, existe uma concorrência entre os vendedores. Cada um que procura ser o mais ágil para abordar primeiro o turista que chega ao santuário, o que provoca o conflito de interesses dentro do grupo. Por fim, chegou-se a conclusão que todos os entrevistados, com a exceção de um, possuem algum vínculo afetivo com o lugar. E gostam daquilo que fazem. Alguns chegaram a relatar que às vezes nem ganham muito dinheiro vendendo os produtos, mas se sentem bem em passar o dia naquele ambiente, considerado melhor do que ficar em casa. Essa informação partiu de vendedores que estão no Bonfim há mais de 30 anos.

Apesar de ter analisado, durante a pesquisa, que os vendedores, em sua maioria, mantêm um elo significativo com os bens patrimoniais presentes no Bonfim, como também, sabem a respeito do lugar e, sobretudo procuram fazer parte das atividades desenvolvidas na localidade, eles precisam entender um

pouco mais sobre a importância da igreja e do museu, e do patrimônio cultural como um todo, principalmente compreendendo que são parte integrante do processo de valorização do patrimônio.

Após as entrevistas, se analisou que esses sujeitos, de modo geral, estavam necessitando de cursos profissionalizantes para que pudessem desenvolver suas tarefas adequadamente, bem como conhecer um pouco mais sobre a importância do ambiente em que trabalham – formado por um conjunto patrimonial de grande valor. Sobretudo, precisavam entender um pouco sobre o fenômeno turístico, assim como de relações interpessoais, para que pudessem manter uma relação harmônica não só com os turistas e visitantes, mas com a própria equipe de trabalho. E, assim, exercerem de fato seus direitos enquanto cidadãos. Por isso, a iniciativa de desenvolver as oficinas de educação patrimonial, museística e turística, de modo a obter resultados satisfatórios depois que as finalidades pontuadas, fossem, de fato, alcançadas.

Oficina com vendedores ambulantes do Bonfim

Para facilitar a execução do trabalho em sala e como forma de priorizar pela qualidade do aprendizado, a turma foi dividida em grupos. Os mais jovens foram inseridos na turma A – cujas aulas eram realizadas às segundas-feiras; e na turma B os que participaram durante as terças-feiras. O grupo da terceira idade ficou numa turma separada, correspondente às aulas das quartas-feiras. Os dias escolhidos estavam relacionados aos dias em que o fluxo de turistas era bem menor, para não atrapalhar o trabalho dos participantes e, conseqüentemente, não ocorrer a evasão em sala de aula. Outros atores sociais, que também trabalham na região, foram convidados a participar das oficinas, como os guardadores de carro (flanelinhas).

As temáticas abordadas foram divididas por módulos, para que os participantes tivessem um aprendizado contínuo e satisfatório, de acordo com os assuntos mais importantes e urgentes a serem trabalhados, levando em consideração a necessidade do grupo como um todo e dos atrativos culturais e turísticos da região do Bonfim. Os módulos realizados seguiram esta sequência: Patrimônio Histórico e Cultural; Turismo; Marketing e Competências Interpessoais; e encerrando com o curso de idiomas, no qual se trabalhou o Inglês, sendo o mais sugerido pelos próprios participantes. Os instrutores

compreendiam a importância de inserir outros idiomas durante a efetivação do curso mas, devido ao tempo limitado, não foi possível contemplá-los.

As oficinas ocorreram durante os meses de agosto e setembro de 2011. O espaço cedido para abrigar os cursos foi o auditório do Centro Comunitário do Senhor do Bomfim, localizado próximo à Igreja do Bomfim. O que facilitou, inclusive, o deslocamento dos alunos, por causa da proximidade com o ambiente de trabalho e com a residência da maioria desses atores. A inauguração das oficinas contou com a participação dos instrutores, dos alunos, e a importante presença do padre Edson, da Igreja do Bomfim, idealizador do projeto Oficina com os Ambulantes. Após as boas vindas e a fala do padre, os instrutores explicaram o objetivo das oficinas e informaram sobre os assuntos que seriam debatidos durante todas as etapas estabelecidas, bem como a metodologia utilizada para cada módulo trabalhado. Discutiu-se também a respeito do limite de faltas para cada membro participante, dos certificados que todos receberiam depois da conclusão do curso e da importância da participação e frequência do grupo nas aulas.

O primeiro módulo, “Patrimônio Histórico e Cultural”, contou com a presença de duas instrutoras, as bacharéis em turismo Fernanda Rocha e Ivana Souza, que abordaram a trajetória histórica do patrimônio, as primeiras políticas de preservação dos bens patrimoniais, a importância de se preservar o patrimônio, a relação entre patrimônio e memória e sobre o patrimônio cultural e ambiental da cidade de Salvador e, mais especificamente, do Bonfim. Houve mostra de vídeos relacionados ao patrimônio, sua importância e significado para a sociedade; vídeos mostrando pessoas sendo abordadas nas ruas para falar o que elas entendiam por patrimônio, entre outras metodologias utilizadas.

As aulas eram bastante dinâmicas e os alunos puderam participar de forma significativa, contribuindo para identificar os principais patrimônios existentes na cidade de Salvador. E, sobretudo, se reconhecerem como patrimônio vivo do Bonfim. As instrutoras falaram também a respeito da importância desses sujeitos transmitirem, por intermédio da oralidade, assuntos e curiosidades relacionados à história da região da Cidade Baixa, tanto para os turistas e visitantes, como para suas famílias, para que a história sociocultural do local pudesse se perpetuar durante gerações. Desse modo, como argumenta a pesquisadora Lilia Maria da Silva (2010, p. 207):

Trabalhar com conceito de patrimônio cultural é acima de tudo, a busca pelo conhecimento de uma comunidade. Seus valores, seus bens tangí-

veis (móveis e imóveis) e intangíveis (saberes e fazeres) e tudo aquilo que a torna singular. A análise de suas referências culturais pode elucidar questões de preservação, de hábitos e tradições assim como seu modo de vida, seus rituais, religiões, usos e costumes [...].

Ao final do primeiro módulo, as instrutoras identificaram que muitos dos participantes já tinham certo conhecimento do que seria patrimônio cultural utilizando, como exemplos, monumentos do Pelourinho e do bairro do Comércio, como o Elevador Lacerda e o Mercado Modelo. Alguns falaram que consideram como sendo seu maior patrimônio os produtos que comercializam na Igreja do Bomfim, como as fitinhas do Senhor do Bomfim. Ou seja, o patrimônio sendo associado à ideia de valor econômico, como sugere Abreu (2003, p. 30), ao citar que:

A noção de patrimônio traz em seu bojo a ideia de propriedade. Etimologicamente, traduz a concepção de herança paterna. No sentido jurídico, refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.

Nesse conceito de patrimônio, Abreu (2003) fala do sentido do patrimônio como um todo. Mas este traduz, de alguma forma, o que os atores sociais participantes da oficina no Bonfim interpretam como sinônimo de patrimônio quando relacionam aos aspectos econômicos. O segundo módulo, ainda sobre turismo, contou com a participação de três instrutoras, Fernanda Rocha, Ivana Souza e Kaline Aranha (também bacharel em turismo). Foi realizado um trabalho significativo com relação à área do turismo. Primeiro, procurou-se fazer uma abordagem sobre o turismo, discutindo conceitos, tendências, efeitos positivos e negativos advindos da atividade turística; os principais segmentos turísticos, com foco especial no turismo cultural e turismo religioso; discutiu-se sobre a necessidade de se trabalhar o atrativo primeiramente com a comunidade, para depois investir no espaço para fins turísticos; a relação entre ambulantes e turistas; a forma de abordar os turistas e oferecer os produtos e serviços; a relação entre os próprios ambulantes no ambiente de trabalho; a importância de desenvolver um turismo adequado; houve exibição de vídeo institucional da Bahiatursa sobre o Turismo na Bahia; e discussão relacionada à atividade turística e aos principais atrativos turísticos de Salvador.

Durante as oficinas de “Turismo”, os participantes contribuíram com exemplos relacionados à rotina de trabalho deles, apontaram as principais dificuldades para colocarem o trabalho em prática e os desafios enfrentados. Quando as instrutoras falaram a respeito da maneira invasiva com que alguns vendedores abordam os turistas, a maioria reconheceu a forma insistente que eles vêm se comportando e falaram na possibilidade de tentar mudar e se posicionarem de outra forma ao receberem os visitantes. Até porque, como bem colocado pelas instrutoras, os vendedores ambulantes são considerados um dos cartões postais do Bomfim, e ninguém melhor do que eles para atingir o grau de satisfação no receptivo, como propõe a hospitalidade relacionada ao turismo. Assim, a imagem deles é que vai ficar na lembrança e na memória das pessoas que visitarem o lugar. Se houver um trabalho adequado, as experiências serão as melhores possíveis mas, caso contrário, os visitantes guardarão péssimas lembranças do Santuário do Bomfim.

A oficina referente ao terceiro módulo foi dividida em duas partes. Na primeira, a instrutora e comunicóloga Flávia Maciel trabalhou com assuntos de grande relevância e que fazem parte do dia-a-dia dos participantes, sobretudo com relação ao trabalho que eles desenvolvem no Bomfim. O primeiro tema abordado foi “Administração Financeira”, em que a instrutora falou da necessidade dos participantes planejarem suas finanças, preparando-se inclusive para acontecimentos futuros e às vezes inesperados. Depois trabalharam a temática relacionada ao “Marketing” (conceitos, produção, produtos, vendas), citando exemplos de experiências ligadas ao turismo; ao mercado – em que discutiram os conceitos, os tipos de mercado (consumidor, produtor, revendedor, governamental e internacional); serviços oferecidos, e nesse caso, cada participante citou exemplos de produtos e serviços que eles oferecem e como se organizam para comercializá-los; por último, se falou sobre produtos (conceitos e tipos de produtos: tangível, genérico e ampliado).

A instrutora relatou que ao trabalhar a temática “Vendas” enfatizou, assim como as instrutoras de Patrimônio e Turismo, o assédio dos vendedores para com os turistas que visitam o Bomfim e a insistência para que essas pessoas comprem seus produtos. Alertando sobre a melhor forma de se chegar a essas pessoas sem causar transtornos ou invasão de privacidade.

Por fim, a instrutora falou sobre a satisfação em participar dessa ação de extensão universitária, fazendo elogios aos participantes que realmente tiveram uma participação ativa, tratando-se da maioria. Relatou também a vontade e a curiosidade desses sujeitos em aprender, o desejo de compartilhar suas histó-

rias de vida por meio dos assuntos debatidos e da força de vontade de participar e contribuir para a melhoria deles como pessoas e do patrimônio do Bomfim como um todo.

A outra instrutora responsável pelo módulo três, a comunicóloga Emanuely Marques, deu continuidade ao trabalho relacionado ao tema central, trabalhando o marketing direto de vendas e a forma de abordagem dos vendedores na localidade da colina da Igreja do Bomfim. Ela relatou que procurou chegar mais cedo no Bomfim, antes mesmo do começo das oficinas, como forma de observar os participantes do curso no seu ambiente de trabalho. Durante esse momento, analisou a forma com que eles atuavam; a relação que mantinham com os colegas de trabalho e com os turistas; a comunicação e linguagem utilizadas pelos vendedores, que neste caso, trata-se da linguagem bastante informal; e a abordagem deles com relação aos turistas.

Quando iniciaram as oficinas, a instrutora procurou comentar o que tinha observado enquanto eles trabalhavam. Todos, em conjunto, passaram a discutir acerca dos pontos positivos e negativos comuns aos participantes. Após contribuir com as noções de marketing e com as outras temáticas escolhidas para serem abordadas, a instrutora percebeu o interesse dos participantes no que se refere aos assuntos discutidos e muitos pediram sugestões de livros e revistas que tratassem de técnicas de vendas e abordagem ao cliente, para que eles pudessem ter um conhecimento mais aprofundado a respeito. Emanuely Marques finalizou relatando sobre a emocionante experiência adquirida com a participação nas oficinas. Ela comentou que o trabalho foi muito gratificante. Após o encerramento do módulo no qual ficou como responsável, a instrutora e os participantes foram à Igreja do Bomfim para algumas fotos, como forma de registrar o momento. A instrutora recebeu lembrancinhas dos participantes e procurou observar o comportamento deles pós-aula. Segundo ela, foi surpreendente os ver colocando em prática o que tinha sido ensinado e compartilhado em sala de aula.

O quarto e último módulo teve como temática o curso de Inglês, cujos instrutores responsáveis foram o professor e coordenador do Projeto de Inclusão Digital José Cláudio Alves de Oliveira e Carla Souza, bolsista do Projeto do Ex-Votos do Brasil. Segundo informações repassadas pelos instrutores, eles procuraram focar nos principais termos do idioma Inglês adotados pela atividade turística. Para isso, prepararam uma apostila para trabalhar com os participantes. Os participantes sugeriram que os instrutores ensinassem algumas frases formadas para que eles pudessem utilizar com os turistas que falam

inglês. As aulas foram bastante dinâmicas e interativas, usando-se de metodologias criativas e com uso do teatro.

Após a finalização das oficinas, houve um encontro entre todos os alunos e alguns instrutores, no qual se buscou falar sobre a importância do curso e as contribuições que as oficinas iriam proporcionar para a vida de cada um deles a partir daquele momento, tanto no que se refere à vida profissional, como pessoal. Os instrutores, sem dúvida alguma, conseguiram desempenhar seu papel da melhor maneira possível e os alunos retribuíram de forma excelente e satisfatória. Não só no que concerne à participação, mas ao entusiasmo, as contribuições que trouxeram para dentro de sala; a sinceridade, seriedade e o compromisso em participar, em ajudar e em aprender.

As oficinas foram fundamentais não só em relação ao processo de aprendizagem, mas também no incentivo para promover ações voltadas para a inclusão social e a cidadania. Elementos prioritários e fundamentais para que os indivíduos possam exercer seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Cremos que

o entendimento e a prática da cidadania, [...] começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural. Não é uma assimilação de forma nostálgica, de formas e coisas do passado, há, neste momento, um sujeito que analisa criticamente, que recria, constrói, a partir de um referencial (SANTOS, 1994, p. 68).

Com essa visão entendemos também que os conceitos de cidadania, patrimônio cultural e educação patrimonial devem estar interligados para que realmente se desenvolvam políticas públicas voltadas para o patrimônio. Afinal, por meio de ações como a oficina com os ambulantes do Bonfim, pode-se colocar esses preceitos em prática e, conseqüentemente, proporcionar e instigar uma formação crítica da sociedade ou de grupos sociais envolvidos. Nesse sentido, acreditamos que o patrimônio e o turismo nunca mais vão ser olhados com os mesmos olhos por esses atores sociais. Cada um vai enxergar um diferencial antes nunca visto ou imaginado, que irá auxiliar na preservação do patrimônio e, sem dúvida, no desenvolvimento da atividade turística da região

do Bonfim de forma adequada, juntamente com a ajuda dos instrumentos de marketing, relações interpessoais e das noções de inglês trabalhados durante as oficinas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Brasília: MTUR, 2006.

CAMARGO, H. L. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU & CHAGAS (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP& A, 2003. p. 56-76

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU & CHAGAS (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP& A, 2003. p. 21-29.

HERMETO, M.; OLIVEIRA, D. de Gabriela. Ação educativa em museus: produção de conhecimento e formação para cidadania. In: _____. *Cidadania, Memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Clizálida, 2009.

IPHAN. *Educação Patrimonial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12639&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em <http://inclusaodigitalcnpq.wordpress.com>. Acesso em 15 de junho de 2012.

MAGALDI, Cássia. O Público e o Privado: Propriedade e Interesse Cultural. In: _____. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

NERY, Mariana; SANTOS, Giordanna. Participação dos Jovens na valorização do Patrimônio Cultural. In: VII Encontro de Estudos Multidisciplinar de Cultura (ENECULT). *Anais...* Salvador-BA, 3 a 5 de agosto de 2011.

OLIVEIRA, J. C. A. de. Santuário do Senhor do Bomfim. Ex-votos, patrimônio cultural e fé. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. Nº 1, abril, 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

PROJETO DE EXTENSÃO *Inclusão Social e Capacitação Digital da Comunidade de São Lázaro, Salvador, Bahia*: Memória Social, Patrimônio Cultural e Cidadania. CNPq. Edital MCT /CNPq n.º. 49/2010 - Inclusão Digital e Social.

ROCHA, Fernanda D. C. *Patrimônio e Turismo Cultural: problemas e perspectivas nos Centros Históricos de João Pessoa e Salvador*. Dissertação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, UFBA. Salvador – BA, 2012.

SANTOS, Giordanna. Projeto de Inclusão Social e Digital na comunidade da Igreja de Nosso Senhor do Bomfim, Salvador, Bahia: Memória social, patrimônio cultural e cidadania. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. *Anais...* Cuiabá-MT, 8 a 10 de junho de 2011.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. Preservação da Memória enquanto instrumento da cidadania. *Cadernos de Museologia*. Nº 3, 1994, p. 67-78.

SCOCUGLIA, J. B. C. *Cidadania e Patrimônio Cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia Cidadã e Acervo no Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa: EDUFPB, 2004.

SILVA, Lilian Maria da. No rastro da viola: estudo sobre patrimônio cultural imaterial por meio da música sertaneja (1940-1960). *Revista História*, Monografias – Universidade Tuiuti do Paraná, 2010, p. 217-251.